

## **O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS**

### **Autor(res)**

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Gleiciane Junia Goncalves Assunção  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

As inovações tecnológicas mudaram profundamente a maneira como o Direito é praticado, estudado e aplicado. Com o avanço acelerado das novas tecnologias, como inteligência artificial (IA), blockchain, big data, internet das coisas (IoT) e computação em nuvem, o Direito vem sendo desafiado a se adaptar a novas realidades sociais e econômicas. Essa transformação afeta não apenas as relações pessoais e comerciais, mas também os mecanismos tradicionais de regulamentação, fiscalização e justiça. O QUE CONTRIBUI PARA QUE ESSA INREGULARIDADE CONTINUE ACONTECENDO.

Falta de regulamentação adequada e atualizada;

Capacitação dos profissionais do Direito para lidar com tecnologias emergentes;

Conciliação entre inovação e garantias fundamentais (liberdade, privacidade, igualdade);

Necessidade de cooperação internacional para tratar de crimes e litígios transfronteiriços.

### **Objetivo**

Fortalecer a Legislação Nacional Propor e aprovar leis específicas que criminalizem a produção e disseminação maliciosa de deepfakes. Atualizar o Código Penal e a legislação digital para acompanhar as novas formas de fraude cibernética. Investir em Tecnologias de Detecção Fomentar pesquisas e o uso de ferramentas de IA e , identificar e sinalizar deepfakes e conteúdos manipulados.

### **Material e Métodos**

#### **LEGISLAÇÃO**

Lei 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann)

Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)

Marco Civil da Internet – Lei 12.965/2014

#### Instituições

STF – Decisões sobre fake news e desinformação.

CNJ (Conselho Nacional de Justiça) – Pautas de regulação da IA.

SaferNet Brasil – Relatórios sobre crimes digitais e conscientização.

#### Fontes de Pesquisa e Autores

BRASIL. Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann)

BRASIL. Lei nº 13.709/2018 – LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)

#### Resultados e Discussão

A discussão sobre a responsabilização civil e penal de agentes por meio de inteligência artificial também ganha destaque, exigindo um debate ético e normativo mais profundo. Surgem questões como: quem responde por decisões automatizadas? Qual o limite da autonomia da IA diante da dignidade humana? Essas perguntas revelam a urgência de novos marcos jurídicos que garantam o respeito aos direitos humanos frente às transformações digitais.

Portanto, os resultados apontam para uma necessidade concreta de modernização normativa, institucional e educativa, capaz de acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas sem negligenciar a centralidade da pessoa humana e seus direitos.

#### Conclusão

A partir da análise realizada, conclui-se que, embora as inovações como inteligência artificial, deepfakes, big data e plataformas digitais tragam benefícios significativos, elas também geram riscos consideráveis aos direitos fundamentais, como a privacidade, a liberdade de expressão, a dignidade da pessoa humana e a segurança jurídica.

#### Referências

##### Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constiticao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constiticao.htm). Acesso em: abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm).

**ANAIS DO  
V ENCONTRO DE  
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera**

**O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –  
SÉRIE ESPECIAL:  
O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS**

Acesso em: abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: abr. 2025.